

Municípios, disparidades e planos

* 1 MAR 1997

Josaphát Marinho

Em artigo anterior, examinamos, em linhas gerais, o problema do planejamento regional à luz da conveniência administrativa e financeira dos municípios. Partindo de consórcio formado por municípios do Vale do Jiquiriçá, na Bahia, salientamos a ocorrência de questões extensivas a várias comunas, aconselhando ou impondo o trato delas em forma associada. Assim o recomendam razões de economia e de solução racional das dificuldades existentes. E observamos que tal procedimento se concilia com o regime da Constituição do Brasil ou é por ela sugerido.

Convém, entretanto, situar o problema do trabalho conjugado sob outro aspecto fundamental: o das disparidades regionais ou locais. Esse ângulo tem sido objeto de consideração por estudiosos das desigualdades regionais e sociais, que crescem acentuadamente no Brasil. Celso Furtado, num excelente artigo sobre "A dívida social e a degradação do Estado", assinala que nossa sociedade tem "heterogeneidades brutais". E frisa que "todo país subdesenvolvido tem que fazer um esforço ordenado para sair do subdesenvolvimento por intermédio de uma política que assume a sua forma mais acabada num plano, e só o Estado pode comandar esse processo". Embora sem entrar em porme-

nores, deixa à vista, pois, que nenhum país vence o subdesenvolvimento sem coordenar suas atividades, o que será tanto mais útil se culminar em planejamento.

Mas a economista Lena Lavinias fixa minúcias do maior interesse, baseada no Atlas Regional das Desigualdades, de cuja elaboração foi coordenadora. Em entrevista a Marços Sá Corrêa, na *Veja*, ressalta que "o Brasil atravessa uma fase em que as desigualdades regionais estão recrudescendo". E exemplifica: o nível de escolaridade mais baixo é o do Nordeste; as mulheres ganham em São Paulo R\$ 475,85, em Pernambuco 45% disso, na Paraíba 30% e no Maranhão 15%. Assevera que as fronteiras internas estão se multiplicando, como as diferenciações. Informa que as empresas de calçados se deslocam do Rio Grande do Sul, onde pagam salários de R\$ 400 por mês, e no Ceará remuneram apenas a R\$ 120.

Essas disparidades mostram como são diversas as condições sociais e econômicas nas regiões do país. E cumpre ver que se diferenciam, por vezes intensamente, dentro de um mesmo estado. Na Bahia, são incomparáveis as condições de vida e de trabalho na região metropolitana, sobretudo em Camaçari, com as existentes ao longo do interior. Ocorre, mesmo, que zonas antes

economicamente fortes, como a do cacau, atravessam agora grave crise, modificando o padrão de vida e de trabalho. Há longo tempo está em declínio a economia do Recôncavo.

Todas essas circunstâncias geram dificuldades aos municípios para administração de seus problemas. Até porque as limitações econômicas correspondem também a deficiências de ordem financeira. Daí a necessidade maior de cooperação entre os municípios, para solução de seus problemas comuns. Se as limitações de recursos não lhes permitem enfrentá-los isoladamente, a visão do interesse recíproco recomenda que os tratem em esforço associado. Assim serão superados obstáculos financeiros e técnicos, a bem da coletividade, para a solução de problemas como o de abastecimento de água, o de rodovias intermunicipais, e outros. Não dependendo os fatores naturais dos dirigentes políticos, e sendo os de caráter econômico, quase sempre, vinculado a motivos incontornáveis, a inteligência está em coordenar poderes e recursos para as realizações de interesse comum.

Se o entendimento puder traduzir-se em planos regionais plurianuais, tanto melhor para os municípios aliados. Os planos dessa natureza asseguram a continuidade de

obras e empreendimentos, acima da substituição de governantes. Se as sociedades locais participarem dessa conjugação de vontades e interesses, como é ideal, tanto mais se assegurará o prosseguimento dos serviços em consórcio. A vigilância do povo é fator de estímulo para que não se perturbem realizações destinadas ao bem geral.

Decerto haverá situações em que os poderes municipais, mesmo consorciados, não terão facilidade de encaminhar, sozinhos, as decisões convenientes. Problemas de educação e de saúde, para atendimento a dois ou mais municípios, exigem, não raro, instalações de tal porte, que se impõe a colaboração técnica e financeira do estado. Mas ainda aí o constituinte foi prudente. No parágrafo único do art. 23, da Carta de 1988, previu que lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Portanto, se as vontades políticas se aliarem, as soluções conjugadas serão facilitadas, nos termos da Constituição, e em benefício das populações municipais.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia